



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

RESUMO EXECUTIVO

290ª REUNIÃO

LIV EXTRAORDINÁRIA

Data: 31/01/2018

Hora do Início: 14h00minh00mim

Abertura: Francisco Deodato Guimarães

Local: Auditório Maria Eglantina Nunes Rondon (Av. André Araújo, nº 701 – Aleixo).

ITEM I – Apreciação e aprovação do Calendário da CIB/AM para 2018. Aprovado por consenso do colegiado.

ITEM II – Processo nº ITEM II – Processo nº 25541/2017 – Dispõe sobre a habilitação da Fundação Adriano Jorge para prestação de serviços de hemodiálise. Relator: Denise Machado dos Santos. Interessado: Fundação Hospital Adriano Jorge. Assunto: Solicitação de Habilitação da Fundação Hospital Adriano Jorge para prestação de serviços de hemodiálise. Síntese: Trata o referido processo da solicitação de habilitação do Centro de Diálise Francisco de Assis Farias Rodrigues (Bambolê) da Fundação Hospital Adriano Jorge como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia (UAACN). **Fundamentação:** Considerando a Portaria nº 1.168/GM, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão, em seu artigo 3º faz referência que um dos componentes fundamentais a ser instituído é a Alta Complexidade, que visa garantir o acesso e assegurar a qualidade do processo de diálise visando alcançar impacto positivo na sobrevivência, na morbidade, na qualidade de vida e garantir a equidade na entrada em lista de espera para transplante renal; Considerando a Portaria nº 432, de 06 de junho de 2006, a qual determina que as Secretarias de Estado da Saúde adotem as providências necessárias para organizar e implantar as Redes Estaduais de Assistência em Nefrologia na Alta Complexidade; Considerando a Portaria nº 389, de 13 de março de 2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e institui incentivo financeiro de custeio destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico; Considerando a Resolução CIB Nº071/2017, de 27 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Estadual de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Renais do Estado do Amazonas, que visa estruturar uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada, que estabeleça uma linha de cuidado integral e integrada no manejo das principais causas das doenças renais, com vistas a minimizar o dano dessa doença e melhorar o acesso dos pacientes ao atendimento especializado em nefrologia e à Terapia Renal Substitutiva; Considerando os prazos estabelecidos no Plano supracitado, quanto ao componente Atenção Especializada, que visa aumentar a oferta de Terapia Renal Substitutiva (TRS) há previsão para habilitar 2 (duas) Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia (UAACN) Adulto até março de 2018; 01 (uma) UAACN Pediátrica até junho de 2018; 01 (uma) UAACN Adulto em dezembro de 2018; 01 (uma) UAACN Adulto em dezembro de 2019 e 01 (uma) UAACN Adulto em dezembro de 2020; Considerando que atualmente no Estado, apenas 05 estabelecimentos de saúde estão habilitados pelo Ministério da Saúde como Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, para a realização de procedimentos dialíticos, e a Fundação Hospital Adriano Jorge está pleiteando a habilitação do Centro de Hemodiálise Francisco de Assis Farias Rodrigues (Bambolê) junto ao Ministério da Saúde como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia (UAACN) por meio do processo supracitado, porém o serviço já se encontra em funcionamento tendo como natureza de financiamento a Fonte 100; Considerando que para a referida proposta de habilitação, há cálculo de impacto financeiro no valor de R\$ 14.105.126,96 (quatorze milhões, cento e cinco mil, cento e vinte e seis reais e noventa e seis



centavos), por ano, e desse montante, R\$ 679.780,80 (seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta reais e oitenta centavos) destinados a procedimentos de média complexidade, e o montante de 13.425.346,16 (treze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos) para procedimentos de alta complexidade; Considerando que atualmente 1.026 usuários estão se submetendo a procedimentos dialíticos, sendo 939 realizando hemodiálise e 87 em diálise peritoneal ambulatorial contínua, e ainda há 107 pacientes aguardando admissão em Unidade Especializada, realizando a TRS (Terapia Renal Substitutiva) nas Unidades de Emergência; Considerando que foi realizada Visita Técnica para vistoria do estabelecimento pelos membros do Grupo Conductor da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, Departamento de Regulação, Controle e Avaliação (DECAV) e Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) e que foram atendidos todos os requisitos constantes na Portaria nº 389, de 13 de março de 2014; RDC Nº 11, de 13 de março de 2014; e considerando que os pareceres contidos nos relatórios do Grupo Conductor da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, da FVS e DECAV são positivos ao processo de habilitação. **Manifestação:** Pelo exposto, nos manifestamos favoravelmente a APROVAÇÃO POR CONSENSO da proposta de habilitação do Centro de Diálise Francisco de Assis Farias Rodrigues (Bambolê) da Fundação Hospital Adriano Jorge como Unidade de assistência de Alta Complexidade em Nefrologia (UAACN). O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** não havendo considerações, está consensuado.

ITEM III – Processo nº 02378/2018 – Dispõe sobre homologação do Termo de Compromisso de Gestão Municipal – TCG dos Municípios do Estado do Amazonas.
Apresentação: Edylene Maria dos Santos Pereira. Os Processos referem-se ao Termo de Compromisso de Gestão - TCG assinado pelos Gestores Municipais conforme relação anexa, solicitando deliberação dessa Comissão Intergestora Bipartite – CIB, para estabelecer a cooperação entre a SUSAM e a Secretaria Municipal de Saúde no que concerne à gestão e à gerência dos recursos e dos estabelecimentos que desenvolvem ações e serviços de média e alta complexidade no Município; Ressaltamos, no entanto, a necessidade do cumprimento de algumas obrigações que já foram acordadas entre os entes, dentre as quais destacamos as seguintes: **Cláusula Primeira – Do Objeto. Parágrafo Primeiro** - Após a assinatura do Termo de Compromisso, os Recursos Federais que compõem o limite financeiro anual para custeio das ações e serviços de média e alta complexidade (Teto MAC) no Município, incluindo os incentivos, passarão a ser transferidos regular e automaticamente pelo Fundo Nacional de Saúde- FNS, em duodécimos mensais, aos Fundos Municipais de Saúde – FMS; **Parágrafo Segundo** – Para efeitos deste Termo de Compromisso, entende-se por gerência as funções da administração voltada ao estabelecimento de saúde, incluindo recursos humanos, materiais e outros; entende-se por gestão as funções de administração do sistema de saúde no território, incluindo a programação, a definição da referência e contra referência e outras macro funções; **Cláusula Segunda – Do Plano Operativo Anual (POA).** O Plano Operativo Anual, anexo obrigatório deste instrumento, deverá conter as metas quantitativas e qualitativas anuais, em consonância com o plano municipal de saúde, harmonizado com os objetivos regionais, bem como a projeção dos recursos financeiros de custeio das ações e serviços de média e alta complexidade e a sistemática de avaliação, incluindo a Comissão de Avaliação especificamente designada, pela SUSAM e pelas Secretarias Municipais de Saúde, relação anexa; **Parágrafo Primeiro** – A SUSAM e as SMSs (relação anexa), se comprometem a elaborar o primeiro POA no prazo de até 120 dias, a contar da data de assinatura do presente Termo; **Parágrafo Segundo** - Ao final de cada ano de execução o POA deve ser avaliado e novas metas devem ser pactuadas; **Parágrafo Terceiro** – As metas acordadas poderão sofrer alterações no decorrer do período, quando houver consenso entre as partes envolvidas; **Parágrafo Quarto** – As alterações das metas do POA sejam elas rotineiras ou extraordinárias deverão ser formalizadas em documento assinado pelas partes; **Cláusula Terceira – Dos Compromissos.** A SUSAM se compromete a: Nomear os cargos comissionados da administração do Hospital, com base em indicação da Prefeitura, obedecendo aos seguintes critérios: Para o cargo de diretor geral; Curso superior completo de enfermagem, medicina, ou curso superior completo na área de saúde ou administração com especialização em administração hospitalar; Experiência profissional no SUS, de no mínimo dois anos; Residência permanente no



Município; No caso de médico, integrar, obrigatoriamente o quadro clínico/cirúrgico do Hospital, com carga horária compartilhada entre as duas funções; Para o cargo de gerente administrativo-financeiro; Curso de nível médio ou técnico completo; Residência permanente no Município; Experiência no uso de aplicativos e ferramentas de informática mais comuns; Para o cargo de gerente de enfermagem; Curso superior completo em enfermagem; Experiência profissional no SUS, de no mínimo dois anos; Residência permanente no Município; Manter o financiamento do quadro de pessoal, de acordo com o porte e o perfil assistencial do Hospital definidos no POA em conjunto com o município; Manter o abastecimento de produtos para a saúde, material médico-hospitalar e medicamentos, incluindo o abastecimento dos cilindros de gases medicinais, conforme detalhamento no POA; Responsabilizar-se nos casos de remoção de pacientes (UTI aérea de emergência conforme protocolo); Prestar assessoria técnica administrativa e de planejamento à SMS, quando solicitada; Destinar recursos do Tesouro do Estado para aquisição de novos equipamentos, ampliação e reforma do Hospital; Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução de seus serviços; Zelar pelo cumprimento das metas estabelecidas no seu Plano Operativo; Adotar as medidas administrativas cabíveis face à comunicação, pelo Município de falhas ou irregularidades funcionais; Informar SMS as eventuais denúncias de conduta imprópria de servidores do Município, que atuam na unidade hospitalar; Formalizar termo de doação à SMS, os veículos administrativos e de transporte de pacientes, de propriedade da SUSAM, em serviço no Município; As Prefeituras Municipais relacionadas em anexo, através de suas SMS se comprometem a: Aplicar os recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde – FNS no custeio das ações e serviços de Média e Alta Complexidade – MAC; Destinar recursos do Tesouro Municipal para manutenção e financiamento da Unidade Hospitalar do Município; Manter o financiamento do quadro de pessoal, de acordo com o porte e o perfil assistencial do Hospital definidos no POA em conjunto com o estado; Firmar e manter contratos de prestação de serviços assistenciais e não assistenciais, conforme definição no POA; Financiar a manutenção dos equipamentos clínicos, cirúrgicos e laboratoriais, conforme definição no POA; Zelar pelo cumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo Anual; Alimentar oportunamente os bancos de dados nacionais pertinentes; Informar mensalmente à SUSAM a frequência dos servidores e comunicar tempestivamente as ocorrências funcionais e suspeitas de fraudes cometidas por servidores do Estado; Incluir na implantação da imagem corporativa e nos uniformes dos trabalhadores, os logotipos da SUSAM e da Prefeitura; Adotar as medidas cabíveis face à comunicação, pela SUSAM, de falhas, irregularidades funcionais ou conduta imprópria cometida por pessoal contratado do Município, atuando na unidade hospitalar; Manter canal de comunicação permanente com a SUSAM, atendendo convites para discussão de situações e problemas técnicos ou administrativos e acatando orientações quando relacionadas às competências precípuas do ente estadual; Responsabilizar-se pela mobilidade Inter hospitalar de pacientes hospitalizados, exceto os que necessitam de transporte aéreo. **Cláusula Quarta – Da Vigência e Rescisão.** O presente Termo de Compromisso vigorará pelo prazo indeterminado, a contar da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser ajustado ou rescindido segundo a vontade das partes. **Parágrafo Primeiro** – Em caso de rescisão motivada pelo ente municipal, o recurso MAC destinado à unidade hospitalar transferido ao FMS, será redirecionado ao FES, por força deste termo. **Parágrafo Segundo** – O descumprimento comprovado e continuado das cláusulas deste Termo de Compromisso, por qualquer uma das partes, será levado à discussão na Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amazonas – CIB/AM, a quem caberá decidir sobre o encaminhamento da solução. **Do Parecer:** Considerando a aprovação dos termos de compromisso pelos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, e CONSENSUADO entre o estado do Amazonas e Municípios relacionados em anexo; Considerando parecer Favorável a este TCG, colocamos para apreciação desse Colegiado. O membro **Manuel Barbosa de Lima** cumprimenta a todos e diz que sábado receberam a equipe da Secretaria de Saúde em Boca do Acre/AM. A **Sra. Edylene Maria dos Santos Pereira** esteve lá com a equipe da SUSAM, e quero agradecer a ela por ter ido ver de perto a problemática do que passamos em relação ao nosso hospital. Às vezes nos tornamos repetitivos, e é importante quando você vem *in loquo* e ver a situação que se passa lá. Quero cumprimentar o nosso presidente do COSEMS o **Sr. Januário Carneiro da Cunha Neto**. Esse termo, eu nunca tive dúvidas de assinar, porque nós, gestores municipais, temos que entender que os



hospitais são do município. Temos que parar de achar que a saúde é do Estado, do município ou do Governo Federal. Quando a população que está ali, pertence ao nosso território. Como eu estava dizendo ontem, quando tem algum problema, o povo bate na minha porta, na do prefeito. E entendemos o problema de perto. É claro, que não vamos só assinar um termo e achar que não vamos mais contar com a parceria da SUSAM, ao contrário, quando você assina um documento estamos é “casando” no papel também. A nossa união vai ficar muito mais estável. Até porque eu acredito que o Secretário tem o compromisso com a Saúde do Estado. E sei que não vão deixar a gente na “mão”. O **Sr. Francisco Deodato Guimarães** sabe da situação dos hospitais dos municípios, e que precisa de recursos humanos. Sei que isso é uma preocupação de todos os gestores é a questão de recursos humanos quando vai para os municípios vai com um preço altíssimo, e muitas vezes não temos como pagar. Tenho certeza que isso é o início de uma pactuação, mas que a SUSAM está atento a isso. E irá fazer um levantamento das reais necessidades dos hospitais. Infelizmente, o nosso povo do Estado do Amazonas tem sofrido muito em relação à saúde pública. E eu não posso chegar aqui e querer que essa gestão que iniciou agora, mude tudo isso de uma hora para outra. Mas, pegaram essa situação toda, é uma equipe preparada, competente e com certeza irá mostrar o caminho para nós. O COSEMS é um parceiro da secretaria, para melhorar a saúde do nosso Estado. Se forem ouvir cada um dos secretários é só reclamação, mas como não reclamar dessa situação com 1 (um) ano e 6 (seis) meses de repasse atrasado. Você chega ao município o fornecedor já pergunta quando vamos pagar. Queremos uma saúde que não fiquemos todo o tempo “mendigando”. Sabemos que nosso Estado passou por momentos difíceis e que agora mostra outro horizonte onde é possível melhorar a saúde. Acredito que quando o povo colocou o Governador Amazonino Mendes já sabiam que ele tem uma grande experiência de mudar o rumo da saúde do nosso Estado. E pôs uma equipe de competência na saúde, para reverter esses fatores. Eu peço que vejam a situação de cada município. E agradeço esse empenho todo para melhorar os municípios. Já que cobram de nós, gestores, que resolva os problemas, nada melhor do que você ser o gestor pleno do seu município. Temos um trabalho a mais que é discutir a PPI (Programação Pactuada Integrada), mas no mais meu muito obrigado. O membro **Roberto Maia Bezerra** complementa que como essa resolução vai servir para orientação em relação ao SISMAC (Sistema de Controle do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade), ela deve constar na resolução os valores pactuados, porque é ela que vai nortear a orientação das transferências fundo a fundo, só fala aqui da aprovação do termo, e não diz quanto. Então depois teria que fazer outra resolução. Já tem uma planilha detalhada nos processos. O membro **Francisco Ferreira Azevedo** gostaria de fazer uma pergunta em relação aos demais municípios, porque nós sentimos também que alguns colegas, por falta de comunicação, internet nos seus municípios ou de chegar aqui em tempo hábil não conseguiram dar entrada nos seus processos. E nossa preocupação é de que esses municípios sejam penalizados de qualquer maneira por falta de eles não terem assinado o termo, e pelo fato de hoje ser o último dia de Janeiro possam ser prejudicados. E estamos vendo uma maneira dos municípios aderirem ao termo posteriormente no prazo preestabelecido possam gozar dos mesmos direitos que estamos. Eu não acredito que o nosso papel aqui, que estamos como membros representantes dos demais que não conseguiu chegar aqui hoje por conta do curto prazo dessa convocação que quase a gente não chega. O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** informa que a proposta da posição do **Sr. Francisco Ferreira Azevedo** é muito importante. E dizer a vocês que nós chegamos a está reunião bastante satisfeitos com o resultado da mobilização. Quero registrar aqui o papel que teve o presidente do COSEMS o **Sr. Januário Carneiro da Cunha Neto** na defesa e na busca por esclarecimento, inclusive para aqueles prefeitos que tem dificuldades de compreensão do processo que é natural pela complexidade que isso representa, e até aqueles secretários indecisos do conhecimento da decisão. Nós chegamos a esta reunião com 17 (dezessete) municípios aptos, é uma lista que cresce toda hora, agora já tem 18 (dezoito), eu já registrei a mobilização que o presidente do COSEMS fez pelo telefone. Acho que isto representa o que o **Sr. Manuel Barbosa de Lima** falava que é a parceria definitiva administrativa que colocamos. Hoje pela manhã, eu conversava com alguns prefeitos, e disse a eles que nós não temos nenhuma dificuldade de defender a tese que nós chegamos aqui, escrevendo nesta resolução que os cargos comissionados serão nomeados pelo Governo a partir do processo de identificação das



prefeituras, na hora que a gente escreve isso é para não deixar nenhuma dúvida. A **Sra. Edylene Maria dos Santos Pereira** me disse ainda pouco que há uma sugestão, e temos que ver se tem amparo legal, e se tiver não vejo nenhuma dificuldade que é nós garantirmos nessa resolução que os municípios que apresentarem os critérios e as condições tais, como os demais, poderão se habilitar sem necessidade de vir a esta CIB, levando-se em conta que este é uma política de decisão Bipartite de compreensão para os municípios e que portanto estaria assegurado obviamente dentro das condições, e que numa CIB futura, a secretaria de Estado tem a obrigação de trazer a CIB para referendar aqueles Municípios, mas para aqueles que não fiquem esperando. Então, amanhã certamente vai chegar no dia 6, por exemplo, já tem o retorno de vários secretários e prefeitos que como estarão aqui para um grande evento com o Governador no setor de saúde, 21 (vinte e um) municípios, muitos deles estarão aqui naquele momento, para que a gente não deixe para CIB de Fevereiro, esse é o papel que eu conversei com o presidente do COSEMS, para que nós fizéssemos a CIB extraordinária em Janeiro, para ganhar tempo, então eu acho que isso será abrigado nesta resolução. O membro **Aurimar Simões Tavares** cumprimenta o **Dr. Francisco Deodato** e os Secretários presentes na reunião. Eu ouvi atentamente quando o **Dr. Francisco Deodato** e o **Sr. Manuel Barbosa**, na sua preocupação com a saúde no interior do Estado, é o que deixa nós, gestores, numa situação um pouco confuso, com relação no que a gente vem trabalhando para a melhoria da saúde do interior, eu queria apenas fazer aqui dois questionamentos com relação quando se fala aqui da responsabilidade da prefeitura, primeiramente o maior problema da saúde no interior do Estado do Amazonas é a falta de gestão, muitos diretores que não tem uma visão administrativa, estratégica e política na questão do SUS, porque administrar um hospital não é só você varrer, você precisa ter um planejamento daquilo que você vai votar, eu estou trazendo aqui um relatório do que nós fizemos no município, lá no hospital, é para o senhor ver valores de quanto o meu município recebe do repasse do Fundo Nacional de Saúde, que vem para o Fundo Municipal, um hospital de 20 (vinte) leitos, e nós temos 4 (quatro) unidades básicas de saúde onde atende toda a demanda da nossa população, e nós temos investido muito, principalmente no hospital, até por uma questão de responsabilidade, para que a população não fiquem batendo na porta do Vereador, Prefeito, Secretário, porque a gente sempre tem procurado trabalhar, não tem sábado, nem domingo, nem feriado. Agente tem ajudado no que eles estão precisando. E agente tem investido muito, agora o que falta pra que agente possa corrigir, é a questão do mapa de medicamento da CEMA (Central de Medicamentos), nós estamos mais ou menos com quase 300 (trezentas) caixas de soro fisiológico e glicosado, do município sem necessidade. Então, tudo isso aí é muita falta de planejamento porque é o contato com o diretor da unidade saber qual é a necessidade dele ali, e devido essa quantidade de soro ali, e devido essa quantidade de soro que vai todo o mês para o município, isso gera prejuízo e quando nós vamos tentar devolver para cá as pessoas dizem que nós estamos trocando ou vendendo material. Então, isso complica muito para nós que estamos no interior. A outra questão é em relação aos recursos humanos do hospital. Por exemplo, o hospital tem 86 (oitenta e seis) servidores, dos quais desses, talvez tenha uns 8 (oito) ou 10 (dez) que vão para aposentadoria, e quem é que vai repor esses servidores aposentados. E pergunto a prefeitura que tem que contratar com o recurso que nós vamos receber Fundo a Fundo, ou é o Estado que vai ter que fazer o concurso para que possa preencher essas vagas. Quando foi feito o concurso da SUSAM mais ou menos 10 (dez) servidores que fizeram foram transferidos de uma forma ilegal para a capital ou para outros municípios, sem a consulta do diretor, transferiram sem ouvir o gestor do município. Então, isso causou um prejuízo para a gente muito grande, na reposição desses servidores. Hoje pela manhã 11 horas, eu trouxe o Prefeito Fernando Washington Pereira da Costa, que conversou com a nossa secretária **Edylene Maria dos Santos Pereira**, queria até parabeniza-la pela reunião que tivemos no gabinete dela com o Prefeito, o qual já levou o termo assinado e até amanhã nós estaremos devolvendo o termo assinado e inclusive, nós estávamos marcado ontem para conversar com o senhor pessoalmente, mas não houve agenda. Vamos ver se depois da reunião a gente conversa. Então, eu estou parabenizando essa visita da equipe técnica da SEA Interior no município, é muito bom que vocês verem a necessidade, eu estou aqui para ajudar, como sempre fui esse parceiro para servir o município e o Estado. O membro **Januário Carneiro da Cunha Neto** agradece a compreensão do que nós estivemos fazendo durante todo o ano. Acredito que o caminho tem que



ser recíproco, quando se tem interesse mútuo em realmente fazer o correto, é o que acontece. Não adianta ter o paralelismo entre o ente federativo, porque isso não vai levar a lugar nenhum. Eu gostaria de saudar nominalmente os representantes dos municípios de Manaus/AM, Itapiranga/AM, Boca do Acre/AM, São Sebastião do Uatumã/AM, Santo Antônio do Içá/AM, Careiro Castanho/AM, os Secretários de Anamã/AM, Autazes/AM, Japurá/AM, Iranduba/AM, Novo Airão/AM, Carauari/AM, Nhamundá/AM, Urucurituba/AM, Anori/AM, Amaturá/AM, Santa Izabel do Rio Negro/AM, Eirunepé/AM, Rio Preto da Eva/AM e Manaquiri/AM. Nós temos hoje aqui na plateia, 21 (vinte e um) secretários de saúde participando da reunião, ou seja, temos 34,6% dos municípios do Amazonas presentes na reunião extraordinária. Nós fizemos um movimento junto ao Secretário, chamamos o Ministério da Saúde para tirar todas as dúvidas e construir junto o termo. Esse é o caminho que tem que ser responsabilizado pelo território que você ocupa ou gerencia. Agradeço a menção que o COSEMS tem tido, essa é a nossa missão. Agradeço a SUSAM pela devolução do ofício sobre os repasses da Resolução CIB/AM nº 043, datado de Julho do ano passado, com a solicitação de um cronograma, para que nós pudéssemos dar aos municípios, nós recebemos agora com essa gestão. Acredito que vamos ter muito mais êxito com essa questão transparente. Gostaria de pedir ao senhor, para quebrar o protocolo da reunião extraordinária, que não tem comunicações, eu preciso falar sobre a questão do envolvimento dos prefeitos, não adianta tratar de nada sem a anuência, sem o conhecimento do gestor do executivo, municipal ou estadual. O secretário municipal ou o secretário estadual de saúde, ele nada mais é do que um assessor para que o prefeito e o governador tome a decisão certa acerca das coisas que vão ser feitas. Então, a gente está aqui para pavimentar esse caminho para os nossos municípios. Com boa vontade, a gente consegue fazer alguma coisa. Só para citar um exemplo secretária **Edylene Maria dos Santos Pereira**, me permita aqui, para que a gente possa motivar os secretários de saúde, a partir do momento da assinatura do município de Manaquiri/AM no termo de compromisso de gestão, o repasse mensal passa de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais para R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) mensais. Então são quase R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a mais, ainda contando com a atual estrutura que existe na unidade hospitalar. O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** anunciou na presença de 21 (vinte e um) secretários, recebemos algumas críticas de que nós sempre gestores públicos de saúde, nos norteamos pelas cifras, mas nós não temos outro caminho, ou nós atuamos para buscar recursos ou nós não temos o que administrar. Então, nós vamos ficar administrando o caos. Então quando eu digo para vocês que eu tenho a enorme satisfação, é porque quem não compreende o sistema de financiamento do SUS, pode achar, por exemplo, que R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) não seja significativos, mas quem administra lá sabe que quando passa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) estamos falando de um acréscimo de 200% e aí é que nós colocamos que estamos trabalhando em parceria, porque não teria sentido eu mobilizar os secretários e dizer, “nós vamos fazer todo esse movimento e você vai ganhar R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)” não tem sentido. Só tem sentido nós nos mobilizarmos para levar maiores recursos para o município e aí caberá a nós a competência de saber administrar bem esse recurso, por isso que o termo é bem objetivo, tem que fazer isso ou aquilo. Fui no Ministério Público Federal, comunicar desta reunião, dizer que ao final deste processo de pactuação, fazer uma oficina com o ministério público federal e agora além da atribuição que já tinha, ele tem uma determinação judicial de que ele tem que nos fiscalizar porque o Amazonas está nessa situação que os senhores todos conhecem. Então, nós vamos fazer essa oficina com a presença do Ministério Público Federal para nos ajudar no fluxo de gerenciamento desse recurso lá no município que é aonde tem que estar porque é lá onde moram as pessoas. O membro **Januário Carneiro da Cunha Neto** diz que logo após a modificação da forma de pagamento pelo serviço de saúde, a mudança de pagamento pelo procedimento para o Teto, ele tornou a questão da prestação de contas e da informação desses procedimentos muito preguiçosa, ou seja, você informava até atingir seu Teto, você ganhava aquele valor e preencheu. Agora vamos ter a oportunidade de nós os municípios de você melhorar a sua digitação, colocar os serviços que você não fatura ali para demonstrar para o MS que você tem a real necessidade de garantir mais recurso para o teu município, o que aconteceu com o Amazonas historicamente é que a gente recebeu muito dinheiro, muito aporte em regime emergencial e não demonstrou produtividade nenhuma. A questão de mutirão de cirurgias tem caído por terra, nós vamos ter um programa que



realmente funciona, nós vamos ter uma política de média e alta complexidade que funciona e a gente precisa tirar essa responsabilidade da SUSAM, para que ela possa pensar nessas novidades e mudanças pois acredito que isso vai acontecer. Nós vamos estar juntos secretário para que a gente possa pavimentar isso e eu queria fechar duas situações aqui, nós enviamos para o senhor um ofício a respeito de um estudo que nós fizemos no dia 19 para que seja montados dois grupos de trabalho que pode ser até câmaras técnicas da CIB para estudar duas situações. A primeira é a atualização do Teto MAC dos municípios plenos que a gente precisa lincar uma série de critérios para fazer a atualização baseada na resolução 044/2017 e garantir a continuidade do recurso financeiro que nos ajuda muito. Então seriam formadas duas comissões, precisamos formar um grupo de trabalho para garantir a PPI Interestadual para assegurar aos municípios do Sul do Amazonas tenham garantia do acesso à saúde nos Estados de onde eles são atendidos. Nós tínhamos colocado como representante do COSEMS 3 (três) secretários estratégicos, o Secretário de Boca do Acre/AM **Manuel Barbosa de Lima**, o Secretário de Eirunepé/AM **Sebastião Cavalcante** e o Secretário de Humaitá/AM **Cleomar Scandolara**. São de três regiões diferentes do Juruá, Purus e Madeira que fazem fronteira com os dois Estados, Acre/AC e Rondônia/RO. Eu vou estar com o **Sr. Manuel Barbosa de Lima** amanhã em Rio Branco/AC, vamos ter uma reunião com o Secretário de lá. Para que possamos ver o que tem de informação e começar a fazer esses procedimentos, e criar esses dois planos. E para deixar os gestores mais calmos, o caixa único está trazendo muitos problemas, sobretudo a questão contábil. Sugiro a vocês que aguardem mais um pouco, estamos finalizando as notas técnicas. Nós recebemos mais recursos em Janeiro do que em dezembro. A sugestão é que vocês continuem cumprindo a mesma programação financeira de Dezembro, para pagamento, fornecimento e insumos. E aproveita a questão do caixa único para que possam flutuar financeiramente, mas não deixando de cumprir tudo que está previsto no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde e respeitando a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária). O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** encerra as inscrições e diz que todas as observações foram no sentido de apoio, e **Sra. Edylene Maria dos Santos Pereira** contemplar essa observação do Secretário **Francisco Ferreira Azevedo**. Eu considero com todas essas observações pactuadas os Termos de Compromisso. Gostaria de pedir a permissão de todos os presentes a prestarem algumas informações, e se vocês se sentirem na condição de fazerem alguma observação sobre esses itens, nós já cumprimos a nossa pauta, aproveitem para esse momento aqui. Vamos começar pela comunicação do **Sr. Januário Carneiro da Cunha Neto**. Nós nos comprometemos com vocês que iniciaram um processo permanente de pactuação. O Fundo Estadual de Saúde já está realizando estudos que tem, não só esses dois itens que ele colocou no modelo da 043 e 044. Eu já havia falado com os secretários das plenas, que vamos fazer um fórum próprio das plenas. Então este processo de discussão no menor tempo possível. O Fundo Municipal de Saúde vai realizar essa discussão em parceria com os municípios seja em câmara ou em forma direta para que tenhamos imediatamente um processo de pactuação. Isto aqui tem duas situações, envolve o orçamento Federal e o orçamento Estadual. Quero informar que aquele processo de repasse, conseguimos cumprir quase que a totalidade dos municípios, tivemos problema de retorno de recurso com 2 (dois) municípios, Lábrea/AM e Novo Aripuanã/AM, este último voltou 3 (três) vezes, foi depositado e voltou por problema do sistema financeiro. Temos duas situações em aberto para resolver, eu peço a participação do presidente do COSEMS, neste processo de mobilização que fizemos Ururucará/AM e Silves/AM. O outro município que está tendo dificuldades de compreensão foi Envira/AM e Nhamundá/AM. O Membro **Januário Carneiro da Cunha Neto** diz que muito disso ainda vem do comportamento anterior sobre os hospitais. Antigamente eles eram feudos. O Diretor se colocava na posição de paralelismo a saúde do município, sobretudo quando era contrário politicamente, temos que trabalhar muito para melhorar isso. O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** informa que Lábrea/AM teve o dinheiro estornado, porque foi depositado e houve essa situação. Novo Aripuanã/AM estornado pela terceira vez e os outros que estão aqui em situação já autorizada, Atalaia do Norte/AM, Santo Antônio do Içá/AM e Tonantis/AM já foi contemplado. E ainda tem aquela situação de Urucará/AM e Silves/AM. Eu quero informar também outros itens brevemente aos senhores. Nós definimos uma prioridade de visitar os municípios nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, 20 (vinte) em cada mês. No mês de Janeiro já cobrimos 15 (quinze) e falta 5 (cinco) que



vamos completar até o fim de semana. Eu determinei que a própria secretária fosse nessa primeira viagem. Eu fui Secretário na época que era coordenadoria do interior, e sei que se não for o coordenador ele não tem condição de administrar aquilo que não viu. Fui coordenador do interior por 1 (um) ano e três vezes compareci aos municípios. Então quem exerce essa função sabe que tem que viajar e as condições. Vamos concluir esses vinte. No dia 6 de Fevereiro estaremos nos reunindo com o Governador 21 (vinte e um) municípios aqui em Manaus/AM. E continuaremos esse processo de pactuação. Nós estamos preocupados em fechar a pactuação, inclusive a “luz” daquilo que o município pensa. Fui ao município de Humaitá/AM com o Governador e depois com o Secretário estadual de Rondônia/RO, desenhamos lá o modelo. Em Boca do Acre/AM, o **Sr. Manuel Barbosa de Lima** nos colocou em contato com o Secretário do Acre/AM que é uma pessoa extremamente acessível, muito aberto à parceria. Concluindo essas visitas nós vamos fechando esses pacotes que envolvem aquilo que o secretário de Boca do Acre/AM colocou aqui, que são aqueles itens que não previstos, mas não podemos nos isentar, é a recuperação das unidades, é a questão dos mobiliários e os equipamentos. Enfim, os Estados estão fazendo isso nos municípios de plena, fizemos isso, por exemplo, em Humaitá/AM porque é o compromisso da parceria. Fomos a Humaitá/AM onde nos apresentou um belo projeto de cirurgias, mas não tem equipamentos condizentes. O Governador autorizou na hora que nós aprovássemos o recurso de compra desses equipamentos para que os municípios tenham a condição de fazer. Eu quero dizer aos senhores que esse processo que eu chamo de pactuação, vamos ocupando etapas, e cada momento desses vai aportando um pouco mais de recursos aos municípios. Eu quero reiterar o que foi dito anteriormente. A Secretaria de Saúde participou de um treinamento em Brasília/DF com o Fundo Nacional de Saúde, foram dois dias de discussão e vieram de lá com mais dúvidas do que antes. Eu participei agora da reunião do CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) foi uma apresentação de 2 horas dos melhores técnicos de lá, ao final da reunião, ficou mais dúvidas do que nós tínhamos antes. Realmente é um processo complexo. Só que temos que apostar no seguinte, se é para trazer mais recursos temos que enfrentar. Não posso dizer, “não, ficou muito difícil e eu não quero mexer com isso, o dinheiro federal é uma situação complicada”. Quem não quer movimentar recurso, não pode ser gestor. E para isso você tem que se organizar administrativamente. Nós, Secretaria de Saúde, estamos concluindo. A **Sra. Lucilene Vasconcelos** (Secretária Executiva do FES) está concluindo um processo de treinamento. Fizemos aqui com os técnicos da SEFAZ (Secretaria de Estado da Fazenda) com os nossos daqui. Na próxima etapa será os técnicos da SEFAZ e do Fundo Estadual e Nacional com os municípios, para falarmos uma linguagem única. Estamos tentando unificar isso. No dia 21, nós vamos fazer um grande movimento aqui, que até o final de Março no momento em que nós fizermos a entrega das ambulâncias e outras situações que nós anunciamos para outros municípios venhamos fazer um grande encontro com os municípios. Gostaria de informar duas coisas a vocês. A primeira é que esse auditório vai entrar em reforma, é o único que a Secretária de Saúde tem, e com vários problemas, com isso não teremos espaço. Esta semana localizamos uma estrutura, que é do Governo, o Centro de Convenções Vasco Vasques, que tem estacionamento, ônibus na porta. Quero colocar a disposição do COSEMS e dos Secretários para utilizar. É um lugar maravilhoso do ponto de vista físico, é um Centro moderno foi construído para a Copa, tem aquele padrão FIFA. Qual a dificuldade é longe da SUSAM, só que é um espaço digno de nos receber e de trabalho para outras situações. Custo zero para nós. A partir de Fevereiro já deveremos fazer as reuniões lá. Estamos com um projeto desenvolvido pela engenharia para redimensionar isso aqui, porque não resolve só o auditório, tem que ter salas de trabalho, aqui nós já estamos no limite de espaço. Nós vamos estudar para deixar uma estrutura melhor e dignamente funcional. O último informe que eu gostaria que todos os gestores, secretários municipais e COSEMS prestem muita atenção saúde do estado do Amazonas passa por um momento tão grave quantas todas às outras organizações do setor público. Quero dizer a vocês que o Conselho Estadual de Saúde está no centro de um furacão, e é a instância máxima do SUS no Estado do Amazonas, assim como é o Conselho Nacional de Saúde para nós. Fizemos uma pactuação com o Ministério Público Federal e Estadual, estivemos lá ontem, e quando faríamos a primeira reunião para o Conselho buscar um processo de recomposição não deu *quórum*. Vocês sabem que no Estado do Amazonas, o Conselho funciona hoje já sem a sua composição plena, com determinados membros sob investigação. Não



aprova absolutamente nada do que acontece no sistema de saúde. A mesa diretora não tem um processo de escolha seguro. Isto coloca em “xeque” todas as decisões do Sistema Público de Saúde, porque é a instância máxima. Na verdade, quem sustenta hoje as decisões do sistema é a CIB, é a única utilização desse recurso. Quem autorizou a CIB. Sendo que a CIB tem o seu papel. O Conselho tem outro. Amanhã, para que eu não espere mais um mês, convoquei uma reunião extraordinária da diretoria, pois é a segunda instância mesmo nessas condições. Se você for “ao pé da letra”, nem Conselho e nem diretoria se reúnem, porque não tem legalidade plena, isso é fato. Se for perguntar no Ministério Público de Conta, no MPF vão responder a mesma coisa. Estamos no processo de busca de reconstrução com a parceria desses órgãos. Eu gostaria muito que os secretários municipais participassem ativamente disso. Ninguém vai deixar suas atividades para vim aqui e discutir a reconstrução do Conselho, não é isso que estou pedindo, mas que fiquem atentos a isso, para que a voz do COSEMS seja forte nesse processo para que, o quê sair disso seja um processo que os secretários municipais possam defender lá na frente, quando eu não estiver mais aqui o Conselho, a CIB tem que estar. Se nós não estivermos, vão estar outros. O Conselho Estadual de Saúde hoje é uma ficção. Não é possível que a gente permita que continue assim, nós que defendemos tanto o modelo de organização do SUS. Isso é mais um capítulo. Não tenho nenhum interesse de dramatizar. É uma discussão que todos nós temos que acompanhar. Vou combinar com o **Sr. Januário Carneiro da Cunha Neto** onde se pretende que seja a reunião de reconstrução do Conselho, aja uma presença maciça dos secretários, porque é uma voz que os outros membros do Conselho precisam ouvir, para que sirva de estímulo. Como é que esse Conselho vai referendar ou se posicionar a frente de um Conselho Municipal de Saúde. Como é que o CMS se porta frente a uma instância dessas que está nessa condição. É até contraditório. Hoje não temos instância de recurso. Se nós tivermos aqui um desentendimento definitivo, vamos ter que ir para Brasília/DF, pois não tem Conselho para decidir. Isso é muito sério, e deixaram ficar como se fosse normal. A reunião do Conselho tem 3 (três) pessoas aqui e ninguém sabe que existe, porque não tem o fórum, então para que as pessoas vem para cá perder seu tempo. Na hora que estão aqui, percebem que esse fórum está funcionando, e estão lutando, participando. Tem credibilidade. Gostaria de dividir isso com vocês. Quando eu cheguei aqui, eu recebi uma sugestão do MP para me afastar disso, e não perder tempo com isso. Só que eu não posso ser omissor. É minha obrigação chamar vocês, e os outros. Eu liguei para os sindicatos, que não estão no Conselho. E dizem, “eu não sou do Conselho”. Ora, todos nós somos, porque o Conselho que representa a instância máxima do SUS. O Secretário de Juruá é membro do Conselho. Para que essa pessoa tenha voz. Houve um distanciamento do fórum, como se não fosse importante para nós. Agradeço muito e espero que tenha participação de vocês. Agora ainda em Janeiro, vamos oficializar ao COSEMS para o processo de discussão no Fundo Estadual de Saúde a construção desta pactuação em cima desses itens que foi apresentado e tem outros itens que estamos discutindo também. Quero também fazer um apelo ao Secretário da SEMSA Manaus, o **Sr. Marcelo Magaldi Alves** é muito importante que participem dessa reunião do CES, porque a metade da população do nosso Estado está aqui. Se a CIB que é uma instância muito mais técnica com muito mais dificuldade de articulação conseguiu se fazer representar, porque não consegue do CES que é um órgão máximo, que é democrático, com representação das pessoas. É uma responsabilidade de todos. Não vejo que seja só responsabilidade do presidente, mas de todos que tem acesso ao sistema. O membro **Aurimar Simões Tavares** faz um apelo com relação à resolução 043/2017 que permaneça com a gente ajudando o nosso município. O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** diz que a última reunião que tivemos aqui com o pessoal do FES, na verdade todos os instrumentos que foram utilizados, por exemplo, por que nós fizemos todo esse movimento. A primeira pergunta que eu fiz a **Sra. Edylene Maria dos Santos Pereira**, nós não vamos ter a mobilização de ninguém se isso aqui não representar recurso novo. A Resolução CIB/AM nº 043 e a 044 que foram modelos, não significa que você vai usar aquele mesmo instrumento, ou seja, tudo que agrega nós temos que trabalhar para isso. O Membro **Aurimar Simões Tavares** aborda outra questão que é em relação a CIR, vamos dar uma nova vida para ela, está fazendo falta para que nós possamos ter as nossas discussões nas regionais. Desde o ano passado que não está funcionando, e isso dificulta muito para nós, através de encaminhamento de processo. Vai facilitar muito, principalmente no polo de São Sebastião do Uatumã/AM, Itacoatiara/AM, Urucará/AM e



Silves/AM. A partir do momento que começar funcionar as CIR's vai dar uma sustentabilidade muito grande para nós aqui. O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** diz que o nosso mandato é muito curto. Mas acho que devemos criar alguns caminhos nesse processo de reestruturação. Vamos viver algumas situações, que vai nos servir de piloto. Os municípios de Boca do Acre/AM e Humaitá/AM servirão de um piloto dessa situação de parceria interestadual. Ontem eu fechei uma posição determinada pelo Governador com o Prefeito de Parintins/AM onde nós viveremos um projeto piloto que envolve Nhamundá/AM, Parintins/AM, Barreirinha/AM e Boa Vista do Ramos/AM, pois Maués/AM é um polo de si mesmo não vai a Parintins/AM. São Sebastião do Uatumã/AM e Uruará/AM não desce, ele sobe o rio e vem para Itacoatiara/AM. O município ele vai atrás para onde o morador vem. Não adianta você dizer para a pessoa de São Sebastião do Uatumã/AM e Itapiranga/AM ou de onde for "é mais perto para você", ele vai para onde achar melhor. Alguém comentou aqui sobre o oeste do Pará, eu tive uma conversa com secretário de lá, para envolver neste projeto. Porque metade vem de lá. Faro/PA, Terra Santa/PA e Juruti/PA são mais próximas de Parintins/AM do que Oriximiná/PA. Todos os projetos de regionalização já foram feitos aqui. Temos que começar onde tem situações reais, por exemplo, Humaitá/AM, Boca do Acre/AM, Parintins/AM, Tabatinga/AM já está acontecendo. Em Tefé/AM fizemos uma pesquisa, 11 (onze) municípios vão para lá. Não importa que ele não esteja em nosso planejamento. Isso nós vamos trabalhar fruto dessas viagens aos vinte municípios. Você passa anos e anos de estudo, acaba não realizando nada. Só estamos indo atrás de onde já acontece, ninguém está inventando nada. O membro **Manuel Barbosa de Lima** diz que essa resolução 043 fez com que eu demitisse 2 (dois) médicos na minha cidade. É uma preocupação de todos. É uma coisa que já vem há muito anos. Outra questão é que recursos de Boca do Acre/AM de setembro para trás, eu vou chegar lá e as pessoas vão me perguntar. Ficou combinado na última reunião que em Janeiro teríamos o passivo. O Coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** responde que já deu essa informação. Esse recurso está em caixa, ele ficou parado 17 (dezesete) meses que é o seu caso. O que não podemos fazer é de qualquer jeito. Ontem tratamos o mesmo assunto lá. Hoje eu falei com o secretário da Fazenda, pois envolve movimentação financeira. A intenção dessa administração é zerar esse recurso. Ninguém quer estabelecer prazos. Tem X valor de Boca do Acre/AM, então "Vou fazer um plano aqui, e você vai para lá e resolve", essa é a nossa pretensão. Porque ainda não fizemos isso ainda, pois não para fazer sem os órgãos de controle validar. Estamos trabalhando nisso com a participação da SEFAZ. O nosso objetivo é passar todo o recurso para vocês. O ano só começa depois do carnaval. Os repasses estão sendo feitos, então esse compromisso já existe. O membro **Marcelo Magaldi Alves** aborda sobre a questão do Conselho. O município de Manaus também tem problemas com o Conselho Municipal de Saúde, estamos também sobre a mira do Ministério Público, até porque muitos membros do nosso Conselho fazem parte do CES. E temos que participar da reestruturação do Conselho Estadual. Nós estamos passando por um processo de eleição agora. E a ordem do MP é tentar democratizar e não é uma coisa simples, pois tem que ter a participação popular. Estamos buscando a melhor forma, vale muita nós trocamos experiência para resolvermos essa situação do Conselho que é muito grave. É um órgão máximo do SUS, é o que almejamos um Conselho forte para que ele possa ter o seu controle social e fiscalizar todo o SUS. Aguardo sua orientação no sentido de participarmos do CES. O membro **Jairo Gatto Pereira** diz que, na primeira reunião da CIB comentávamos sobre a situação fatalista que nos encontrávamos naquele momento. O Secretário ouviu vários relatos de cada um. Parabenizo ao COSEMS que nos fazer entender o que era melhor. A SEA Interior fez parte desse processo que se iniciou no ano de 2016. E de Novembro para cá conseguimos entender e hoje estamos concretizando. Estamos podendo olhar para frente. A partir de agora contamos com dinheiro em caixa. Peço que aprecie a 043 e 044, porque estamos extremamente dependentes desse recurso. E quando foi falado em recursos que vem por aí, nos deixa mais feliz ainda. O município de Itapiranga/AM agradece também pelo empenho da Secretaria de Estado e hoje nós conseguimos ver um cenário futuro muito melhor do que nós encontramos ano passado. A **Sra. Aldinéia Pascoal da Silveira** (Secretária de Saúde do Careiro Castanho) diz que, o nosso município está feliz porque as suas palavras nos deixou muito alegre. O Presidente do COSEMS é muito presente. E tem o respeito hoje, o COSEMS se torna através desse grupo respeitado, temos uma pessoa que comanda que procura informações com nós, nos ajuda,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

corre atrás das coisas. Nos ligam e a gente vem, porque sabemos que é um órgão sério que está na luta junto com nós. Eu defendi algumas situações da 043 de pessoas que falaram contra, o que foi pactuado foi feito de forma bem ordenada, certa. Fiquei contente com suas palavras em relação ao Conselho. O Conselho do Estado tem que ser formado realmente de forma respeitosa, pois aqui que vai decidir, e ter atitude de fazer as coisas corretas. E se preocupar com a população do Amazonas, não com seus próprios interesses. Quero deixar minha gratidão, e pactuamos e assinamos o termo, mesmo que o seu hospital ainda em reforma, confiamos e precisamos ter domínio da situação. Queremos ajudar e avançar. O membro **Januário Carneiro da Cunha Neto** informa que, amanhã estará representando o COSEMS a **Sra. Aldinéia Pascoal da Silveira** (Secretaria de Saúde de Careiro Castanho), o **Sr. José Mauro Pinto da Rocha** (Secretário de Saúde Novo Airão), o **Sr. Aurimar Simões Tavares** (Secretário de Saúde São Sebastião de Uatumã), amanhã no primeiro horário para formalização desses membros junto comigo para que possamos fortalecer. O coordenador da CIB **Dr. Francisco Deodato Guimarães** diz que a reunião do Conselho Estadual de Saúde será amanhã às 15 horas. Encerra a reunião e agradece a presença de todos. Estiveram presentes: O Coordenador da CIB **Francisco Deodato Guimarães**. Membros titulares: **Januário Carneiro da Cunha Neto, Edylene Maria dos Santos Pereira, Marcelo Magaldi Alves, Aurimar Simões Tavares, Jairo Gatto Pereira, Manuel Barbosa, Francisco Ferreira Azevedo.** Os Suplentes: **Aldinéia P. da Silveira, Jesuína de Jesus Costa Figueiredo, Luiz Fernando Gaynett, Priscila Soares Lacerda Carvalho, Joselita Carmem Nobre, Andreia Rejane Rodrigues Ferreira, Roberto Maia Bezerra, Rosemary Costa Pinto, Fábio Lobato Sampaio.** A presente ATA foi digitada pela Agente Administrativo Maria Tavares e revisada pela Técnica Maria da Conceição de Araújo e será arquivada para fins documentais, após ser submetida à apreciação dos membros da CIB/AM, no Auditório Maria Eglantina Nunes Rondon, Av. André Araújo, nº 701 – Aleixo, Manaus, 31 de Janeiro de 2018.